

Novos e velhos modelos de exploração florestal

Evaristo Eduardo de Miranda

Dois estudos importantes sobre a exploração florestal no Brasil acabam de ser publicados. O primeiro mostra que em quatro séculos de Coroa portuguesa e de Império do Brasil foram extraídas cerca de 500.000 árvores de pau-brasil da Mata Atlântica. A exploração mais intensa ocorreu no século XVIII, quando foram cortadas 322.260 árvores. Isso enquanto a floresta amazônica e as matas de araucária dormiam em berço esplêndido. Yuri Tavares Rocha, pesquisador da USP, chegou a esses números após consultar quase mil livros e documentos no Brasil e em Portugal (2).

O segundo estudo foi realizado por pesquisadores do IMAZON junto a 680 madeireiras (27% do total), em 82 pólos da Amazônia (3). Só em 2004 foram cortados 6,2 milhões de árvores na região. O estudo considerou as toras de uso comercial e não contabilizou o total de árvores cortadas em desmatamentos agrícolas e pecuários, não comercializadas. Somente entre 2003 e 2004 foram mais de 24.000 km² desmatados na Amazônia.

A exploração do pau-brasil não foi sinônimo de desmatamento, ao contrário do que muitos imaginam. Integrando critérios econômicos, políticos e silviculturais, o Regimento do Pau Brasil, implantado em 1600, forneceu às autoridades metropolitanas instrumentos essenciais para o planejamento e a gestão dos contratos de concessão, tais como a definição anual de cotas de

exploração, corte somente com licença e o estímulo à regeneração natural mediante métodos silviculturais, rotação de exploração e delimitação de áreas reservadas. A implantação do Regimento, o planejamento da oferta de pau-brasil, o controle da pressão sobre as populações da árvore no tempo e no espaço, e os cuidados com sua regeneração tomados pela Coroa portuguesa, diminuíram consideravelmente os riscos de esgotamento desse recurso (4).

O comércio do pau-brasil sempre foi exclusividade da Coroa. D. João VI quando da abertura dos portos às nações amigas autorizou a comercializar todo e quaisquer gêneros e produções, à exceção do pau-brasil. Em 1808, o revém criado Banco do Brasil passou a ter comissão na venda da madeira de tinturaria. Após a Independência, o pau-brasil transformou-se em monopólio nacional e sua venda destinada a saldar a dívida externa com a Inglaterra. A partir de 1850, a fabricação

industrial da anilina retirou o pau-brasil do mercado e não a devastação de suas matas. Em 1875, foi registrada a última exportação de pau de tinta para a Europa. Por quatro séculos, a legislação e as medidas de controle e manejo das matas da Coroa portuguesa e brasileira, permitiram sua exploração sustentada e a manutenção das matas.

Numa pesquisa de doutorado sobre a história da gestão florestal no Brasil, Carlos Castro demonstrou que o desmatamento da mata atlântica foi um fenômeno do século XX. Entre 1945 a 1960, a cada 5 anos, desmatou-se mais do que o que tudo foi desmatado entre 1500 e 1930! Entre 1985 e 1995, a mata atlântica perdeu mais de um milhão de hectares, mais de 11% de seus remanescentes. Dos mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados originais, subsistem apenas cerca de 8%.

Estudos científicos, cada vez mais circunstanciados, indicam que durante o período da Coroa portuguesa, a área média cultivada anualmente foi da ordem de 9.000 hectares, chegando a um máximo de 16.000 hectares no início do Império. O total de áreas desmatadas para a produção de açúcar, durante mais de 220 anos, no momento da Independência, atingia cerca de 14.000 km². Comparada à extensão da mata atlântica, os desmatamentos causados pela cana de açúcar, durante mais de duzentos

anos de povoamento, podem ser considerados irrisórios. Atualmente, em apenas um ano, produz-se muito mais cana de açúcar no Brasil que durante todo o período da Coroa.

No Brasil, a ocupação luso-brasileira desenvolveu vários exemplos de sistemas sustentáveis de exploração agroflorestal e agropastoril inéditos, sem desmatamentos expressivos, respeitando, com sabedoria, os condicionamentos ambientais. Foi o caso da ocupação da caatinga, do cerrado, do Pantanal, da pampa, dos campos sulinos e, até, de boa parte da mata atlântica.

A história do desmatamento é fruto do século XX e da república. A política florestal da Coroa portuguesa e do Império conseguiram, por diversos, invejáveis e complexos mecanismos, manter grande parte da cobertura florestal do Brasil praticamente intacta até final do século XIX. Como assinala Carlos Castro, "em vez de imputar a Portugal a culpa por ter nos deixado uma 'herança predatória', talvez devamos aprender com as práticas conservacionistas que os portugueses preconizaram e tomarmos consciência de que a destruição das florestas brasileiras não é obra de 500 anos, mas principalmente desta geração".

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA,
Doutor em ecologia, pesquisador da
Embrapa Monitoramento por Satélite e
diretor do Instituto Ciência e Fé.

[1] Em cinco séculos, portugueses, franceses, holandeses, espanhóis, ingleses e brasileiros extraíram 527.182 árvores de pau-brasil, segundo Rocha.

[2] Marco Lentini et al. O Estado da Amazônia. A expansão madeireira na Amazônia. IMAZON, n.2, 2005.

[3] Carlos Ferreira de Abreu Castro. Gestão Florestal no Brasil Colônia. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.